

resenhas educativas

uma revista de resenhas de livros



Cerri, Luís Fernando. (2007) *Ensino de História e Educação: Olhares em convergência*. Ponta Grossa PR: Editora UEPG.

153 páginas.

ISBN: 8586941-86-7

Resenhado por

José Alexandre da Silva e Maria Antônia Marçal
Secretaria de Estado da Educação do Paraná

13 de abril de 2009

Ensino de História e Educação: olhares em convergência trata-se de uma obra coletiva cujos autores estão ligados a diferentes Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná (IES). Isso com exceção da professora Lúcia Helena Silva, atualmente na Unesp de Assis (SP), mas que na época da organização da obra ensinava na Universidade Estadual de Londrina. Esta mesma instituição conta com mais três representantes nessa obra, as professoras Ana Eloísa Molina, Márcia Heliza Tete Ramos e Regina Célia Alegro. O organizador da obra, Luis Fernando Céri, é professor do Departamento de História e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Alexandre Felipe Fiúza leciona na Unioeste de Cascavel. Também dessa mesma instituição, porém do campus de Marechal Candido Rondon, participam Geni Rosa Duarte e Emílio Gonzáles. De Curitiba, também escreveram a professora Cláudia Rawka Martins, do Centro Universitário Campos de Andrade, e Sirlei Maria Fischer Ranzi, da Universidade Federal do Paraná.



De acordo com o organizador da obra, a mesma tem por objetivo dar uma mostra da produção dos professores universitários de história que concentram suas pesquisas em torno do Ensino de História. Todos os textos são importantes por também contribuírem em romper com a dicotomia existente entre Universidade e Escola. Na resenha que segue, apresentamos uma breve discussão de cada capítulo do livro, detalhando idéias, objetivos e implicações para o ensino de História e Educação.

Considerações acerca da experiência de elaboração e aplicação de manual para coleta e tratamento de relatos orais no ensino básico é o título do texto de Regina Célia Alegro. Trata-se de um relato referente à construção de um manual para coleta e tratamento de dados de acordo com a metodologia da história oral. De acordo com a autora, professores da educação básica demonstraram interesse em pensar e produzir história de uma maneira semelhante à que ocorre nas universidades. Essa demanda levou membros de um grupo de Pesquisa conhecido como REDE (Rede de Estudos sobre Ensino e Aprendizagem de História), vinculado à UEL, a realizar uma discussão com cerca de 140 professores da Região de Cornélio Procópio e Londrina.

A autora tem consciência de que os professores escolares esbarram em algumas barreiras na produção de um conhecimento que possa ser cientificamente aceito como válido no ambiente escolar. Falamos de um currículo rígido a ser seguido, das escassas horas de atividade que o docente tem para trabalhar fora de sala de aula e dos fatores históricos que condicionam a dinâmica escolar. Entretanto, uma demanda pelo Ensino de História em moldes não tradicionais só tem a contribuir com uma mudança significativa nas condições de trabalho dos professores.

Já o texto de Luís Fernando Cerri, *Construção curricular como educação de professores – o caso das diretrizes curriculares estaduais de história no Paraná* traz uma reflexão sobre a elaboração dessas mesmas. No ano de 2002, o governo estadual propôs a elaboração coletiva de diretrizes curriculares para cada disciplina escolar. O lugar que o autor se insere nesse processo é o da assessoria na elaboração das referidas diretrizes. O que lhe possibilita utilizar a metodologia da “pesquisa-ação” e ter como fontes “as anotações e textos produzidos pelo próprio autor em sua participação no processo de elaboração das diretrizes e os documentos produzidos nas discussões desse conjunto de eventos, seja a produção dos professores de História sejam os documentos finais oficiais (p. 29)”. Isso no intuito de debater os efeitos da política educacional de formação de currículo no Paraná depois de 2003. A partir desse processo, Cerri se afilia à teoria da “simetria invertida”, segundo a qual o professor tende a reproduzir com seus alunos a relação que o Estado, através das instituições mantenedoras da educação, estabelece com esse mesmo. A tese é pensada especificamente para relação que o governo anterior mantinha com o professorado:

Propõe-se, no discurso educacional brasileiro (...) uma educação crítica, transformadora, autodirigida (...) Todavia (...), como fazer isso se eu, professor, não vivi nada assim como aluno e continuo não aprendendo isso como professor em formação, pelas formas nas quais o poder público se relaciona comigo enquanto profissional (p. 28)?

Após frisar que a elaboração política das diretrizes curriculares se insere no plano de um governo que tenta recuperar a dimensão coletiva da formação de um currículo e a autonomia dos professores. Realizou-se um esforço da compreensão daquele momento presente na perspectiva de que os currículos obedecem a fatores sociopolíticos e epistemológicos. Também se reconheceu que a mudança curricular origina-se num novo momento em que se combate uma visão “neoliberal” e pós-modernista. Surgiu ainda o questionamento, por parte do grupo, de que se as diretrizes seriam elaboradas de forma coletiva, isso deveria ser votado. Ou seja, um questionamento sobre a legitimidade do processo. Além dessa questão, surgiu a preocupação de esfacelamento dos esforços para a elaboração das diretrizes, em caso de mudança de governo e de rumo político. No decorrer do processo, como descreve o autor, fica registrado o despreparo dos professores em relação à atualização acadêmica:

Um dos primeiros problemas constatados foi a permanência das dificuldades formativas de uma expressiva parcela dos professores, (...) essa consideração é válida em maior escala para o conjunto dos professores de História da rede estadual (...) mas não é desprezível para o próprio Grupo Permanente, que liderou as reuniões descentralizadas nos municípios e NREs e participou dos encontros em Faxinal do Céu (p.36).

Um fator que denota a heterogeneidade do grupo dos professores, causando dificuldades no seguimento do processo, mesmo considerando os saberes oriundos da experiência que os professores carregam consigo. Tal dificuldade parece ter sido enfrentada com a distribuição de textos referentes aos assuntos propostos. O que deixou outro problema em vista, que é a prática de reproduzir idéias dos textos sugeridos. Também ficou evidente uma ausência de conhecimento do funcionamento das assembléias e da

construção de textos, decorrentes da falta de vivência política, o que dificultou o andamento dos trabalhos. Ainda assim, foi possível a realização de um texto preliminar que pudesse possibilitar futuras discussões e derivar um texto definitivo de grande valor para a formação dos professores envolvidos no processo.

O texto de Geni Rosa Duarte e Emílio Gonzalez, *Pensando a América Latina: Música Popular, Política e Ensino de História*, traz reflexões que interligam essas três últimas categorias do título em nosso continente. Tais reflexões resultam do trabalho dos autores em oficinas e mini-cursos, para estudantes e professores, realizados nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Como ressaltam os autores, nos últimos anos o uso da música é uma prática que vem sendo desenvolvida amplamente nas atividades de ensino, o que coloca alguns problemas na utilização desse material.

O problema mencionado como mais grave é referente a uma inadequada utilização da produção musical, quando os professores, ao escolherem uma música, privilegiam a letra em detrimento de outros aspectos também importantes. “O risco, nesse caso, é perder a dimensão da própria historicidade dessa produção, remetendo-se ao engano de supor que uma fonte fala por si só, perdendo de vista que desse diálogo dependem as próprias questões que o historiador deverá lançar sobre sua fonte” (p. 46). Assim, uma música encarada como fonte histórica deve ser entendida como algo que expressa a dinamicidade e a transformação humana, o que pode não ocorrer se o professor historiador fizer a secção entre melodia e letra, explorando apenas o que a letra diz. Continuam os autores:

(...) não apenas uma determinada música pode ser passível de interpretações distintas, como os próprios contextos sociais específicos, o que torna o trabalho historiográfico central (...) à análise musical. De modo inverso, também não basta haver apenas o “contexto social” e situar a música em seu interior (...) é preciso proceder a uma anatomia mais aprofundada, o que não implica que seja necessário um conhecimento musical aprofundado da parte do historiador, mas supõe ao menos a ampliação de sua noção sobre aquilo que se constitui em sua fonte de pesquisa (p. 48).

Na seqüência, os autores vão propor algumas considerações sobre as músicas produzidas no contexto latino-americano dos anos 1960 e 1970, quando Brasil, Chile, Argentina e Uruguai viveram períodos de ditaduras militares. Nesse período, as diferentes produções musicais desses países passaram a ser entendidas no exterior como um movimento homogêneo que foi apresentado como música de protesto. Assim, a música popular assume um caráter de interferência política e começa ser perseguida pelas ditaduras, uma vez que vários artistas serão perseguidos, extraditados e torturados. Os autores lembram também artistas que não se inserem na chamada música de protesto e, a seu modo, contribuíram com o processo que fez ruir os regimes autoritários, gravando sobre temas aparentemente descomprometidos com a política e se apresentando em feiras e festivais.

Outros aspectos também são importantes, além da letra. As formas como as pessoas vão receber as mensagens, intencionais ou não, propostas pelos intérpretes das canções, a imagem que está associada a um determinado compositor (uma vez que essa pode alterar a recepção da música), questões que envolvem melodia, ritmo, arranjo de voz e instrumentos, além de questões relacionadas à autoria. Outra característica das músicas latino-americanas do período é a consciência da interferência do império ‘norte-americano,’ que gerava o sentimento de uma pátria latino-americana. Nesse sentido, eram comuns adaptações de músicas de outros países. Também o momento histórico que certa música é gravada pode modificar o sentido inicial pretendido pelo autor. Os autores finalizam o texto com a assertiva que a música popular política precisa ser pensada além do seu contexto de produção e de sua relação com órgãos repressivos, como a censura.

Outro texto dessa coletânea, *Reflexões sobre o Trabalho com a Canção na Sala de Aula*, de Alexandre Felipe Fiúza, também é dedicado ao tema das canções e se centra na utilização dessas, como documento, nas mais variadas disciplinas. O autor menciona uma série de momentos históricos em que a música tem presença notória, como o período medieval e a colonização dos EUA e do Brasil, bem como cita rapidamente os primeiros estudos que se dedicam à canção. Em seguida, faz uma explanação sobre a relação entre música e letra na Antiguidade greco-romana e a Modernidade, e se adentra na MPB, utilizando poemas e depoimentos de músicos. Esse texto também traz a importante noção que, de acordo com a época, a mesma canção pode ser recebida pela população de forma diferenciada. O trecho a seguir nos mostra qual a perspectiva do texto do autor em relação aos professores: “(...) não basta reproduzir um roteiro para que os professores trilhem um caminho previamente traçado, mas que esses possam ter instrumentos que possibilitem uma pesquisa e uma posterior aplicação metodológica na sala de aula” (p. 77).

O artigo, *Projeto Contação de Histórias do Norte do Paraná: uma experiência de pesquisa com professores da Rede de Ensino Público*, foi escrito por Ana Heloisa Molina. A autora traz reflexões sobre a formação contínua de professores, veiculada nesse texto através do projeto Contação de Histórias do Norte do Paraná. Um projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa Rede de Estudo sobre o Ensino Aprendizagem em História (Universidade Estadual de Londrina) e pelos Núcleos Regionais de Educação de Londrina e Cornélio Procopio. Inicialmente, a autora problematiza o distanciamento existente entre as disciplinas pedagógicas e os conteúdos específicos nos cursos de licenciatura em História nas Universidades. Essa dicotomia entre teoria e prática, pesquisa e ensino, tem seus reflexos na formação e na prática docente dos futuros professores de História. Dessa forma, problemas que norteiam a prática educativa dos professores de História no seu cotidiano como salas lotadas, alunos drogados, gravidez na adolescência, falta de recursos materiais e pedagógicos, raramente são evidenciados nos cursos de licenciatura.

Diante desse quadro, há um descompasso entre a formação e a vivência dos professores, o que faz com que os docentes acabem procurando fórmulas mágicas que possam ser aplicadas no seu cotidiano. A autora enfatiza que “(...) desiludidos, muitos procuram os cursos de licenciatura ou de pós-graduação, visando somente a obtenção rápida de diploma para exercer cargos e funções outras, fora da sala de aula” (p. 81). Ana Heloisa Molina traz à baila a questão do comprometimento do professor, que é apresentada como um tema crucial para a concretização de um projeto de mudança na escola.

Nesse sentido o projeto integrou um programa de formação continuada de professores através da elaboração de projetos de pesquisa; este envolveu 175 professores de diferentes áreas de conhecimento da Rede Estadual de Educação e seus alunos. Esse modelo, de formação continuada de professores, foi planejado tendo como *locus* os diferentes contextos de trabalhos destes sujeitos compreendendo atividades diversas como: seminários, oficinas e cursos de atualização. Cabe destacar que, nas oficinas, os professores discutiram os aspectos teórico-metodológicos que norteariam as pesquisas tais como: o uso de diferentes fontes históricas, reflexões sobre processos históricos e tempo presente, bem como os pressupostos teóricos da História Oral. O desenvolvimento dos 32 projetos de pesquisa permitiu aos professores coordenadores desta atividade mapear fatos, relatos e causos como elementos estruturantes de identidades do Norte do Paraná. O envolvimento dos alunos e aproximação destes com a disciplina de História foram evidenciados durante o desenvolvimento das pesquisas.

O movimento de reflexão e ação, desencadeada pelos professores ao longo do desenvolvimento da pesquisa, permitiu fortalecer o diálogo, outrora distanciado, entre a universidade e a escola. Sabe-se que este foi o primeiro passo, mas os frutos desta

aproximação tendem a fortalecer a ação dos professores no cotidiano escolar, bem como fundamentar entre os formadores reflexões mais consistentes sobre a prática docente.

Já o artigo *O Ensino de História e a Questão do Multiculturalismo Depois dos Parâmetros Curriculares Nacionais*, escrito por Márcia Elisa Teté Ramos, tem o objetivo de refletir sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do ensino fundamental, 3º e 4º ciclo (5ª a 8ª série), principalmente sobre o eixo pluralidade cultural. As reflexões iniciais desse artigo visam situar o momento histórico, político e econômico em que surgem as discussões, disseminadas pelos PCNs, sobre o multiculturalismo. A emergência desse conceito como tema educacional acontece no período da globalização, que é definida como a intensificação das interações transnacionais no âmbito da produção, comércio, finanças e cultura. Entretanto, é salientado que esse fenômeno não é homogêneo, uma vez que os universos simbólicos globalizados são ocidentais, e na maioria das vezes de origem estadunidense. Para a autora:

Ocidentalização ou americanização, diferente de globalização, pressupõe relações de poder assimétricas entre Estados hegemônicos (por eles próprios ou através das instituições internacionais) e os países periféricos e semiperiféricos. A diferenciação entre perfis sociais, econômicos e culturais também ocorre entre regiões em um mesmo país ou cidade. (p. 95)

Assim, os anos finais do século XX assistiram à afirmação da diferença, da identidade particular inclusive à custa da negação do outro. A autora afirma que a globalização cultural, social e econômica esbarra em contradições existentes no seu interior. De um lado, vemos o discurso da diferença que se contrapõe à negação do outro, uma espécie de recusa a influências exógenas. Assim, de acordo com as análises da autora, o multiculturalismo predominante neste documento oficial é de cunho conservador. Também é necessário mencionar que os PCNs chegaram a nortear a produção de toda uma gama de materiais didático-pedagógicos.

Dessa forma, o eixo pluralidade cultural se apresenta nos PCNs de forma descritiva e prescritiva no sentido de romper com a discriminação racial e não propõe uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto. Os PCNs trazem, ainda, a idéia de que a discriminação é feita pelos gestos, comportamentos e palavras, e despolitiza a questão da pluralidade cultural. As discussões acerca das classes sociais e relações de etnia/raça não integram esse documento.

A tolerância, a solidariedade e a paz mundial, discurso apregoado pela ONU, tornaram-se os pilares dessa vertente do multiculturalismo expresso nesse documento. Entretanto, a palavra tolerar é problematizada pela autora e, por si só, revela uma faceta que coloca em xeque a credibilidade dos PCNs. Tolerar não significa envolvimento com o outro, mas ser indulgente com o mesmo ou apenas suportá-lo. Palavras como desigualdade social, injustiça, opressão, dominação e exploração são consideradas tabus.

Os grupos étnico-raciais que integram a sociedade brasileira (branco, negro e índio) são apresentados nos PCNs como se fossem grupos culturais puros, estáticos, sem levar em consideração a plasticidade das relações étnico-raciais. Com relação à disciplina de História, se evidencia um discurso nacionalista que enfatiza as diferenças que nos tornam únicos. Já no que diz respeito ao multiculturalismo, realizam algumas superações com relação à identidade nacional fora dos moldes tradicionais, porém, incorrem em permanências ao almejar a formação de uma identidade nacional única, sem conflitos. Dessa forma, pode-se afirmar que as transformações apregoadas pelos PCNs incidiram de forma incipiente e contraditória no Ensino de História no Brasil.

As autoras Serlei Maria Fischer Ranzi e Cláudia R. Kawaka Martins, no texto *Profissão Docente: Formação e Prática de Professores de História no Ensino Médio*, têm como vetor de análise a cultura escolar a partir da atividade docente. Para as autoras, de nada adianta

estudar uma infinidade de legislações se não se considerar a prática das organizações escolares, a cultura escolar como um todo. Cultura escolar é entendida aqui como (...) um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (p.114).

Essa pesquisa se desenvolveu tendo como elemento norteador as práticas cotidianas dos professores de História e sua relação com as nuances sofridas pela disciplina de História nos últimos 30 anos, no Paraná e no Brasil. A metodologia utilizada pelas autoras consistiu-se através da realização de entrevistas com professores de História. Elas se realizaram em duas etapas: o primeiro momento, dirigido a um número maior de participantes (75 professores), não levou em consideração o tempo de trabalho destes na educação. Já na segunda etapa, houve uma seleção dentro do grupo pesquisado (cinco professores), para a realização de uma entrevista aberta.

Nos relatos dos professores, ficaram latentes as dificuldades enfrentadas no início da carreira, tais como: o processo de transposição didática, a mobilidade dos professores na escola, o número de alunos por turma, a questão salarial, a resistência às reformulações curriculares e, por fim, a defasagem intelectual no que diz respeito ao acesso a livros especializados. Essas dificuldades se tornam maiores quando o professor não se identifica com sua profissão de maneira que essa ascendeu para o primeiro plano num momento que não constava entre as possibilidades profissionais desejadas.

O texto, *Por Uma História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, de Lúcia Helena Oliveira Silva, traz reflexões sobre o ensino de História e a diversidade étnico-racial no Brasil. Segundo a autora, o Brasil é um país com uma grande diversidade étnico-racial, resultado de formação socioeconômica. Sendo assim, a divisão étnica no Brasil coincidiu com as divisões sociais; negro e branco, no Brasil, designavam também os adjetivos de livre e escravo, pobre e rico.

Desde o século XIX, as elites intelectuais brasileiras discutiram a criação de uma identidade para o Brasil, buscando forjá-la a partir da transformação de um país rural e escravista em um país moderno. No bojo dessas transformações, no final do século XIX e início do século XX, emergem as idéias científicas que associavam raça e cultura. Tais idéias influenciaram e dividiram os estudos sobre a questão racial no Brasil, refletindo-se em políticas públicas de incentivo à imigração europeia e considerando a ideologia de branqueamento como redenção do país. Pretendia-se que, num futuro próximo, o país melhorasse à medida que os negros desaparecessem.

No início do século XX, o livro *Casa Grande & Senzala* inaugurou um contra-discurso em relação ao determinismo racial. Muito embora nessa obra seja problematizada sensualidade e a sexualidade da negra e mulata, bem como a existência de uma escravidão branda com relação a outros países. Suas reflexões inauguram uma visão diferenciada, naquele momento histórico, acerca das contribuições culturais dos diversos grupos étnicos. Entre eles destaca-se aqui o negro e o indígena, no processo de formação da sociedade brasileira.

Tendo em vista os elementos apontados acima, bem como a mobilização dos movimentos sociais negros com relação à inserção nos projetos de Reformas Curriculares (1985) de conteúdos relativos ao ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira, a alteração da LDB 9394/96 (2003) e as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais (2004), foi reforçado o debate acerca do Ensino de História e as relações étnico-raciais no Brasil. Também um novo desafio se colocou para os professores neste momento: o Ensino de que História? Segundo a autora, os conteúdos de História da África e Cultura Afro-brasileira devem dar aos africanos, trazidos para a América, uma ancestralidade, um caminho para compreender a presença africana no mundo. A autora afirma ainda que:

(...) partes significativas das desigualdades raciais entre brancos e negros vinculam-se a discriminação racial existente tanto na escola como no mercado de trabalho, e que essas desigualdades são determinadas, em grande medida, por desinformação e desinteresse, obras como o livro didático são um ponto de partida para iniciarmos as discussões dos parâmetros pelos quais o problema tem que ser enfrentado (p. 149).

Sendo assim, a inclusão de novas orientações escolares enfocando as relações étnico-raciais é imprescindível no espaço escolar, onde se devem valorizar as experiências culturais de diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. A escola é percebida como um espaço de produção e circulação de conhecimento é o local onde se torna possível a desconstrução de estereótipos e preconceitos, bem como reflexões sobre discriminação racial.

Como vimos acima, o conjunto dos textos forma uma contribuição importante para o Ensino de História e para a superação da dicotomia entre Escola e Universidade. Também provoca reflexões sobre temas em pauta nesse momento específico em que as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornam obrigatório o Ensino de História africana, afro-brasileira e indígena. Uma contribuição que merece ser lida e discutida tanto no meio acadêmico quanto no escolar.

Referências:

Freyre, Gilberto. (1995) *Casa Grande & Senzala: formação da família patriarcal brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.

Sobre o autor do livro: Luís Fernando Cerri, Licenciado e Bacharel em História pelo IFCH-Unicamp. Mestre e Doutor em Educação pela FE-Unicamp. Coordenador do Grupo de Estudos em Didática da História. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da UEPG.

Sobre os resenhadores: José Alexandre da Silva, Licenciado em História pela FAFIPA. Professor de História da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). Participante do Grupo de Estudos em Didática da História.

Maria Antônia Marçal é Professora de História da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). Licenciada em História e Mestre em Educação pela UEPG. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Didática da História.

Resenhas Educativas/ Education Review

publica resenhas de livros recém-lançados na Educação, abrangendo o conhecimento e a prática em sua totalidade. Todas as informações são avaliadas pelos editores:

•

Editor para Espanhol e Português

Gustavo E. Fischman
Arizona State University

•

Editor Geral (inglês)

Gene V Glass
Arizona State University

•

Editora de Resenhas Breves (inglês)

Melissa Cast-Brede
University of Nebraska at Omaha

As resenhas são arquivadas e sua publicação divulgada por meio da listserv (EDREV).

Education Review é um signatário da Budapest Open Access Initiative.

